

Às nove horas dos dias onze do mês de novembro do ano dois mil e dezenove, em sua sede social na Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os Associados/as da Cooperativa, os quais subscrevem a presente Ata, em atendimento ao Edital de Convocação publicado pelos meios disponíveis no âmbito desta sociedade cooperativa e previamente distribuído junto ao seu quadro associativo, contendo a seguinte pauta: a) alteração no nome da Cooperativa e endereço; b) alteração do Estatuto Social; c) eleição para a composição da nova Diretoria e Conselho Fiscal; d) Posse dos eleitos. A Assembleia foi declarada aberta pelo Senhor **Jorge de Oliveira**, em primeira convocação com o número suficiente de cooperados (22 cooperados) que saudou a todos os presentes com votos de boas vindas, ao tempo em que solicitou que esta Secretária procedesse a leitura do sobre referido Edital de Convocação o que foi prontamente feito. Dando prosseguimento o Senhor Coordenador leu os nomes dos novos cooperados que ingressaram na Cooperativa, foram os seguintes nomes: **Jorge de Oliveira, Alexandre dos Santos, Izoete Maria Silva Oliveira, Otávio Soares da Silva, José Marcio Correia Filho, Josefa dos Anjos, Jose Anselmo dos Santos, Maria Caciene dos Santos Santana, Ereni de Souza Silva, Rosalvo Francisco de Barros, Maria José da Silva, Gilmário Dias Aragão, José Moura Alves de Oliveira, Antonio Lourenço do Nascimento, Ivandete Francisca dos Santos Nascimento, Josival João de Oliveira, Jorge Nizo da Mota, Ana Íris Gomes de Lima, Josefa Demézio Salvador, Cicero José de Carvalho e José Felix da Costa**, conforme relação de assinatura anexa a esta ata, e leu os nomes dos cooperados que foram desligados da cooperativa: **Rivaldo Santos Silva, Marcos Alberto de Oliveira Junior, Lucia Helena da Silva, e José Augusto Bispo**, em seguida foi discutido o primeiro item da ata que após pronunciamentos de vários cooperados foi aprovado a alteração do nome da Cooperativa para **COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**, com o nome de fantasia **COOPESE**, e também a alteração do endereço da sede da Cooperativa para: **Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE**, continuando foi passado para o segundo item da pauta, foi colocado que os objetivos da Cooperativa devem ser alterados e atualizados, foi lido uma minuta de alteração do Estatuto Social, após várias discursões e modificações foi aprovado uma nova versão do Estatuto Social por unanimidade. Dando continuidade foi discutido e iniciado o processo de eleição que após as votações a Diretoria e Conselho fiscal ficaram composta da seguinte forma: **Diretor Presidente: Jorge de Oliveira, brasileiro, agricultor, solteiro, portador do RG nº 3.660.802-5 e CPF nº 068.938.985-09 residente e domiciliado no Assentamento Nova Canaa, Zona Rural, CEP 49.690-000 Monte Alegre de Sergipe/SE, Diretor Vice-Presidente: José Anselmo dos Santos, brasileiro, agricultor, solteiro, portador do RG nº 3.354.375-5 e CPF nº 030.881.315-40 residente e domiciliado no Assentamento Nova Canaa, Zona Rural, CEP 49.690-000 Monte Alegre de Sergipe/SE, Diretor Secretário: José Marcio Correia filho, brasileiro, agricultor, solteiro, portador do RG nº 2.933.294-0 e CPF nº 043.820.225-25 residente e domiciliado no Assentamento Nova Canaa, Zona Rural, CEP 49.690-000 Monte Alegre de Sergipe/SE, Diretor Tesoureira: Josefa dos Anjos, brasileira, agricultora, solteira, portador do RG nº 7021391-7 e CPF nº 067.896.105-02 residente e domiciliado na Rua B Tanque Novo nº 222, CEP 49.690-000 Monte Alegre de Sergipe/SE, CONSELHO FISCAL - Maria Caciene dos Santos Santana, brasileira, agricultora, solteira, portador do RG nº 2.203.339-4 e CPF nº 017.721.085-28 residente e domiciliado no Assentamento União do Conselheiro, Zona Rural, CEP 49.690-000 Monte Alegre de Sergipe/SE, Ereni de Souza Silva, brasileiro, agricultor, solteiro, portador do RG nº 980970 e CPF nº 587.865.705-87 residente e domiciliado no Assentamento Nova Canaa, Zona Rural, CEP 49.690-000 Monte Alegre de Sergipe/SE, e Rosalvo Francisco de Barro, brasileiro, agricultor, solteiro, portador do RG nº 393.652 e CPF nº 256.260.515-20 residente e domiciliado no Assentamento Nova Canaa, Zona Rural, CEP 49.690-000 Monte Alegre de Sergipe/SE. Na sequência, todos os eleitos foram convidados para a mesa, declarando-os investidos na posse dos seus respectivos cargos, depois que os mesmos, assumiram o compromisso de exercerem as suas respectivas funções sem remuneração em espécie ou a qualquer título, ao tempo em que todos os eleitos,**

*Maria Rosilene Bezerra Rodrigues*  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620



declararam sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhuma das penalidades que os impediriam de praticar atividades mercantis, Esgotada a pauta, foi a Assembléia declarada encerrada e lavrada a presente Ata, que depois de lida, achada certa e aprovada vai devidamente assinada. Nada mais.

Jorge de Oliveira

José Luiz Modas Antz

José Marcio Carrão Filho

José dos Anjos

Maria Laciene dos Santos Santana

X ~~Enrique dos Santos~~

Rogério Esmarinho de Barros

Alex Sandro dos Santos

Izete Maria Silva Oliveira

Jorge Roberto da Costa

Marcelo José da Silva

Yilmaz dos Anjos

José Moura Ailton do Nascimento

Antonio Laurencio da Mota

Juandil Francelis da Santo Nascimento

José Roberto da Silva

Cláudio Soares da Silva

Jorge Luiz da Mota

Antônio Gomes de Lima

X Jurema Demétrio Salvador

Cláudio José da Silva

Edmundo Francisco da Silva

Maria Laciene dos Santos Santana  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620

**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**CAPÍTULO - I****DA DENOMINAÇÃO – SEDE – FORO – ÁREA – PRAZO E ANO SOCIAL**

**Art. 1º - RAZÃO SOCIAL:** A COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE, com o nome de fantasia **COOPESE**, será regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais em vigor, tendo:

- a) Sede administrativa localizada na Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE,
- b) Foro Jurídico na Comarca de Monte Alegre/SE;
- c) Área de Ação para efeito de admissão de associados/as e área de atuação abrangendo todo o estado de Sergipe;
- d) Prazo de duração indeterminado, tendo ano social coincidente com o ano civil.

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620

**CAPÍTULO-II****DA SOCIEDADE E DO OBJETIVO**

**Art. 2º - A Cooperativa dos Produtores Rurais do estado de Sergipe, tem por objetivo as seguintes atividades:**

- a) Estimular o desenvolvimento agropecuário, social, educativo, cultural, progresso econômico e o seu desenvolvimento sustentável nas diversas comunidades rurais, com vistas à melhoria da qualidade e do nível de vida dos seus habitantes;
- b) Promover e difundir o conhecimento das diversas formas de cooperação no planejamento agropecuário, visando a produção agrícola e pecuária, por meio da organização do trabalho e da qualidade de produção e comercialização no meio rural, mediante o intercâmbio das experiências vividas pelas comunidades rurais da sua área de atuação;
- c) Defender por todos os meios legais ao seu alcance, os interesses sociais e econômicos de todos os seus associados;
- d) Incentivar e desenvolver práticas alternativas de tecnologias nas mais diversas comunidades rurais (Assentamentos, Comunidades Tradicionais, Pequenos e médios agricultores), em sua área de atuação;
- e) Editar publicações que visem atender e divulgar seus objetivos;
- f) Promover e realizar cursos de qualificação, capacitação e formação técnica profissional nas áreas agropecuária, social, educativa, cultural, ambiental e econômica visando o progressivo aperfeiçoamento das atividades nas áreas de abrangência do meio rural, mediante a utilização




**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

racional da mão de obra para elevação dos índices de produção e produtividade, bem como do nível de emprego e renda.

- g) Promover e incentivar as atividades agroecológicas e as suas matrizes e fontes renováveis visando estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias, produção, comercialização e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- h) Promover e participar de atividades que visem a orientar e assegurar à população os seus direitos à saúde, à educação, à habitação e ao crédito para a produção;
- i) Buscar e desenvolver experiências com entidades congêneres, promovendo a participação das mulheres, jovens e grupos vulneráveis nas diversas instâncias desta organização;
- j) Promover ações no sentido de educar e alfabetizar as comunidades rurais e seus dependentes, buscando o acesso aos mais diversos níveis de estudos e formação profissional;
- k) Promover por todos os meios sustentáveis ao seu alcance, atividades de preservação ambiental e defesa da ecologia.
- l) Promover e realizar atividades de educação, cultura, amparo social, assistência à saúde, assessoria jurídica, bem como atividades recreativas, esportivas e de assistência técnica em todos os níveis, para mulheres, jovens e grupos vulneráveis.
- m) Incentivar e fomentar o fortalecimento da economia solidaria através da comercialização, produção e agroindustrialização dos mais diversos gêneros alimentícios produzidos no meio rural, proporcionando a inserção nos mercados convencionais e institucionais, pelo meio do associativismo e cooperativismo, bem como adquirir e repassar a preço de custo os bens necessários a produção agroecológica e agropecuária.
- n) Promover e realizar atividades inerentes ao fortalecimento das práticas associativistas e cooperativistas, através de capacitação e formações dos seus associados bem como a interrelação com entidades congêneres, visando o desenvolvimento no seu bem estar econômico e social;
- o) Oferecer serviços de fornecimento de refeições, alojamento, transporte e hospedagens a instrutores, palestrantes, seminários e eventos correlatos, realizados em apoio a todas as classes sociais e de organização participativa;
- p) Realizar e implantar ações de serviços e infraestrutura nas áreas de (Construção Civil, Arquitetura, Topografia e Terraplanagem) no meio rural e urbano, inclusive com o gerenciamento da construção e recuperação de habitações, estradas, sistemas de abastecimento de água e eletrificação, nos mais diversos empreendimentos, buscando a inserção nas áreas governamentais e privadas para o desenvolvimento social econômico e conservação ambiental;

Maria Rosene de Souza Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620



**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

- q) Executar serviços de elaboração de Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Assentamentos – PDA,s e Planos de Recuperação de Assentamentos – PRA,s e o mais diversos planos, programas e projetos;
- r) Promover e realizar as atividades de capacitação e formação técnicas, econômicas, ambientais, sociais, culturais nas áreas territoriais e no meio rural com abrangência nacional, visando prestar serviços de assistência técnica e extensão rural, atendendo os requisitos primordiais e normativos exigidos pelo enquadramento do sistema Pronater e legislação complementar que vigore sobre este serviço;
- s) Promover a realização, elaboração e acompanhamento de projetos junto as instituições bancárias oficiais e privados, visando a contratação através do FNE/PRONAF e as mais diversas fontes de recursos que estimulem a produção, comercialização e geração de emprego e renda no meio rural.
- t) Realizar Construção de Imóveis;
- u) Permitir a alienação de imóveis;
- v) Permitir a contratação de empréstimos/dividas/obrigações, e dar bens imóveis em garantia.

**Parágrafo 1º** - No cumprimento das suas finalidades, a Cooperativa poderá assinar contratos para prestação de serviços sob forma coletiva ou individual com órgãos do Poder Público Federal, Estadual, Municipal, empresas da iniciativa privada e organizações não governamentais.

**Parágrafo 2º** - Para a Prestação de serviços sob formas individuais a Cooperativa poderá assinar contrato com os associados.

**Parágrafo 3º** - Seja qual for a forma de serviços prestados, deverá sempre ser observado o objetivo de aprimoramento da prestação de serviços, com livre oportunidade a todos os associados.

**Parágrafo 4º** - Promoverá ainda a educação cooperativa dos associados e sua participação nas campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização tecnológica.

**Parágrafo 5º** - Para a consecução de seus objetivos sociais, a Cooperativa abrangerá as seguintes atividades:

Maria Rosalene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620





## COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

- a) Orientar e promover estudos e pesquisas em áreas de interesse direto do cooperativismo e de entidade pública e/ou provadas que visem o aprimoramento da educação, a justiça e o bem estar social.
- b) Formar e especializar recursos humanos, estimulando o aprimoramento profissional e sob todas as formas ao seu alcance e, principalmente, por meio de cursos, treinamentos, palestras, publicações, etc.
- c) Colaborar com entidades nacionais e internacionais de apoio à educação ao cooperativismo e ao desenvolvimento da sociedade.
- d) Orientar, promover e realizar programas e projetos de interesse da iniciativa privada e governamental.
- e) Promover e realizar estudos de viabilidade técnica econômica e social.
- f) Orientar e desenvolver estudos e pesquisas a níveis técnicos e científicos.
- g) Promover estudos e projetos.
- h) Participar em licitação e concorrência públicas, firmar e cumprir contratos e convênios de trabalho que envolva cooperativas e/ou grupos.
- i) Promover exposição de obras técnicas e outras de seus associados.
- j) Adquirir e fornecer em regime cooperativo, materiais, artigos e equipamentos de uso profissional de seus associados.
- k) Execução de vistorias, avaliações, perícias e laudos técnicos.
- l) Produzir produtos manufatureiros.

**Parágrafo 6º** - No caso de não dispor em seus quadros de pessoas tecnicamente habilitadas e não disponíveis para a realização de trabalhos contratados, a Cooperativa poderá utilizar mão de obra de terceiros.

**Parágrafo 7º** - A Cooperativa será organizada em departamentos na medida em que as possibilidades econômicas e financeiras o permitirem.

Os departamentos constituídos terão sistemas de custos e orçamento em separado com autonomia técnica e regimental.

**Parágrafo 8º** - A Cooperativa poderá representar seus associados, no todo ou em parte, em juízo ou fora dele.

### CAPÍTULO-III

### DOS ASSOCIADOS: CATEGORIAS, ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

**Art. 3º** - Poderão associar-se a Cooperativa todos aqueles que tendo livre disposição de sua pessoa e bens e que concordem com o presente estatuto.




**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

**CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407**

**Art. 4º** - O número de associados será limitado quanto ao máximo, não podendo, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

**Parágrafo 1º** - Para associar-se a candidato preencherá propostas e aceita esta pelo Conselho da Administração, o Presidente da Cooperativa, juntamente com o candidato assinarão o livro/ficha de matrícula.

**Art. 5º** - Cumprindo o que dispõe o artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume as obrigações decorrentes da Lei, deste estatuto e de deliberações tomadas pela Cooperativa.

**Parágrafo 1º** - Fica impedido de votar e de ser votado o associado que:

- a) Tenha sido admitido depois de convocada a assembleia;
- b) Não tenha operado sob qualquer forma com a Cooperativa durante o último ano.
- c) Seja ou tenha tornado empregado da Cooperativa, até a assembleia que aprovou as contas do ano-social em que tenha dado seu desligamento.

**Parágrafo 2º** - O impedimento constante da letra "b" do parágrafo anterior somente terá validade após notificação da Cooperativa ao associado.

**Art. 6º** - O associado terá direito a:

- a) Participar de todas as atividades que constituem objeto da Cooperativa.
- b) Votar e ser votado para cargos sociais;
- c) Solicitar esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa podendo ainda, dentro do mês que anteceder a assembleia ordinária examinar, na sede, o balanço geral e livros contábeis.

N – O associado se obriga a:

- a) Prestar serviços profissionais, dentro de sua especialidade e nos termos que serão estabelecidos em regime interno de cada departamento técnico;
- b) Subscrever e realizar quotas – partes de capital nos termos deste estatuto e contribuir com taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- c) Prestar a Cooperativa os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre os serviços prestados em nome desta;
- d) Cumprir disposições da lei, do estatuto e deliberações tomadas pela Cooperativa, além de observar fielmente as disposições do código de ética profissional;
- e) Zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa;
- f) Pagar sua parte nas perdas apuradas em balanço na proporção das operações que houver realização com a Cooperativa se o fundo de reserva não for suficiente para cobri-las;



**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**Artigo 7º** - O associado responde subsidiariamente pelas obrigações da Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscreveu e o montante das perdas que lhe caibam, na proporção que houver realizado com a Cooperativa, perdurando essa responsabilidade até quando aprovadas pela assembleia geral as contas do exercício em que se deu a retirada.

**Parágrafo único** - A responsabilidade do associado somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da Cooperativa.

**Art. 8º** - As obrigações do associado falecido, contraídas com a Cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após 01 (um) ano do dia abertura da sucessão.

**Art. 9º** - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido, e será requerida ao Presidente, sendo por este levado ao conhecimento da diretoria em sua primeira reunião, averbando no livro/ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

**Art. 10º** - Além dos motivos de direito a Diretoria é obrigada a eliminar o associado que:

- a) Venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa, ou que colida com seus objetivos;
- b) Deixe de exercer, na área de ação da Cooperativa, atividade que lhe facultem associar-se;
- c) Deixe reiteradamente, de cumprir disposições da lei, dos estatutos ou deliberações tomadas pela Cooperativa.

**Art. 11º** - A eliminação será decidida pela Diretoria facultando-se ampla defesa ao associado, devendo constar do termo lavrado no livro/ficha de matrícula e assinado pelo Presidente.

**Parágrafo 1º** - Cópia autenticada do termo de eliminação será remetida ao associado, por processo que comprove as datas e de recebimento.

**Parágrafo 2º** - O associado eliminado poderá dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data de recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembleia Geral.

**Art. 12º** - Será excluído o associado em caso de dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física, bem como, se verificada sua incapacidade, esta não for legalmente suprida, ou deixar de atender aos fins estatutários ou legais ao ingresso ou permanência na Cooperativa.

**Parágrafo único** - As responsabilidades de associado, para o demitido, excluído ou eliminado, somente termina na data de aprovação, pela Assembleia Geral o balanço das contas do ano em que ocorreu a demissão, exclusão ou eliminação.

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620



## COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**Art. 13º** - Não há relação de emprego entre os sócios e a Cooperativa nos termos do artigo 90 da lei 5.764/71, sendo obrigatória as suas inscrições junto à Previdência Social como "autônomo".

### CAPÍTULO-IV CAPITAL SOCIAL

**Art. 14º** - O capital da Cooperativa é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo ser, entretanto, inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**Parágrafo 1º** - O capital é dividido em quotas-partes no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais) cada.

**Parágrafo 2º** - A quota-parte é individual, intransferível a não associados e não pode ser negociada de nenhum modo, nem dada em garantia, e todo seu movimento, subscrição, realização, transferência e restituição será sempre escriturado no livro/ficha de matrícula.

**Parágrafo 3º** - As quotas-partes, depois integralizadas poderão ser transferidas entre associados, mediante autorização da assembleia geral e o pagamento, da taxa de 5% (cinco por cento) do valor total do capital – social subscrito para cada associado.

**Parágrafo 4º** - A crítica da Assembleia Geral, a Cooperativa poderá Agregar juros de até 6% (seis pontos percentuais), ao ano, sobre o capital integralizado.

**Art. 15º** - O associado abriga-se a subscrever, no mínimo 20 (vinte) quotas-partes de capital social, e no máximo tantas quantas, cujo valor não exceda a 1/3 (um terço) do capital social subscrito.

**Art. 16º** - O associado poderá integralizar suas quotas-partes no ato da subscrição, ou em 20 (vinte) parcelas iguais.

**Art. 17º** - A restituição do Capital e das sobras, em qualquer caso, por demissão, exclusão e eliminação, sempre será feito após a aprovação do balanço do ano que o associado deixou de fazer parte da Cooperativa.

**Parágrafo único** – Ocorreu demissão, exclusão ou eliminação de associados em número tal que a devolução do capital social possa afetar a estabilidade econômica financeira da Cooperativa, esta poderá efetuar-la em até 12 (doze) parcelas mensais e iguais.

### CAPÍTULO-V ASSEMBLEIA GERAL

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620



**Art. 18º** - A Assembleia Geral dos associados, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes, dentro dos limites da lei e do estatuto, para tomar, toda e qualquer decisão do interesse social.

**Parágrafo único** - A Assembleia Geral é constituída com a presença de mais da metade dos associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos associados com direito a votar.

**Art. 19º** - A Assembleia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, sendo por ele presidida.

**Parágrafo 1º** - Vinte por cento dos associados em condições de votar podem requerer ao Presidente a sua convocação e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios.

**Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

**Art. 20º** - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, uma hora após para a segunda convocação, e uma hora após para a terceira convocação.

**Parágrafo único** - As três convocações poderão ser feitas num único edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

**Art. 21** - Não havendo quorum para instalação da Assembleia convocada nos termos do artigo anterior, será feita nova série de três, cada uma delas com antecedência mínima de 10 (dez) dias em editais distintos.

**Parágrafo único** - Se ainda não houver quorum será admitida a intenção de dissolver a Cooperativa, fato que será comunicado às autoridades do cooperativismo.

**Art. 22º** - Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:

- a) A denominação da Cooperativa, seguida pela expressão “convocação de Assembleia Geral”, ordinária ou extraordinária;
- b) O dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como o local desta realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- c) A sequência numérica da convocação;
- d) A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) O número de associados existentes na data da expedição, para efeito de cálculos de quorum de instalação;
- f) A assinatura do responsável pela convocação.

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620

**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**Parágrafo 1º** - No caso de a convocação ser feita por associados, o edital será assinado no mínimo pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

**Parágrafo 2º** - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis nas próprias dependências da Cooperativa, publicados nos meios de comunicação disponíveis no município e comunicado por circulares aos associados.

**Art. 23º** - O quorum mínimo para a instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

- a) Dois terços dos associados, em condição de votar na primeira convocação.
- b) Metade mais um, na segunda;
- c) Mínimo de dez associados na terceira.

**Parágrafo único** - O número de associados presentes, em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos, constante no livro presença.

**Art. 24º** - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente da Cooperativa e auxiliados pelo Secretário.

**Parágrafo único** - Nas Assembleias Gerais, que não forem convocadas pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associados escolhidos da ocasião.

**Art. 25º** - Os ocupantes de cargos sociais, bem como os associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais as prestações das contas, mas não ficam privados de tomar parte nos debates referente.

**Art. 26º** - Nas Assembleias que forem discutidos balanço e prestação de contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do relatório da Diretoria e do parecer do Conselho Fiscal referente às peças contábeis, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um associado para dirigir os debates e votação da matéria.

**Parágrafo único** - Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e os demais Diretores deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia, para os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

**Art. 27º** - As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiveram direta e imediata relação.

**Parágrafo 1º** - Habitualmente a votação será a descoberto, mas a Assembleia poderá optar por voto secreto, atendendo-se neste caso, as normas usuais.

Maria Rosângela Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620



**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**Parágrafo 2º** - O que ocorrer na Assembleia deverá constar da ata circunstanciada lavrada no livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos Diretores e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados designados pela Assembleia e por aqueles que assim o desejam.

**Parágrafo 3º** - As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas pelo voto pessoal dos associados presentes, tendo cada associado um voto, vedada a representação.

**Art. 28º** - A Assembleia Geral ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano financeiro, cabendo-lhe especificamente:

- a) Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) Dar destino às sobras e repartir as perdas;
- c) Eleições dos componentes dos cargos sociais;
- d) Deliberar sobre os planos de trabalho apresentados pela diretoria;
- e) Fixação de pró-labore para os membros da Diretoria;

**Art. 29º** - A aprovação do balanço, contas e do relatório da Diretoria desonera os integrantes deste, da responsabilidade para com a Cooperativa, salvo erro, dolo ou fraude.

**Art. 30º** - A Assembleia Geral extraordinária reúne-se sempre que necessários em poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa, deste que constem do edital de convocação.

**Parágrafo 1º** - É de competência exclusiva da Assembleia Geral extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) Reforma do estatuto;
- b) Fusão, incorporação, ou desmembramento;
- c) Mudanças do objetivo da sociedade;
- d) Dissolução voluntária da cooperativa e nomeação de liquidante;
- e) Contas do liquidante.

**Parágrafo 2º** - São necessários, atendido o que dispõe o artigo 28, parágrafo 3º deste estatuto, os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que data este artigo.

**Parágrafo 3º** - A Cooperativa poderá ser dissolvida voluntariamente por deliberação da Assembleia Geral, de conformidade com os artigos 63 a 65 da lei 5.764 de 16/12/74.

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620

**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**CAPÍTULO-VI  
DIRETORIA**

**Art. 31º** - A Cooperativa será administrada por uma Diretoria integrada por 04 (quatro) componentes, todos associados, com os seguintes títulos: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Secretário e Diretor Tesoureiro, eleitos para um mandato de 02 (dois) anos podendo ser reeleita.

**Parágrafo 1º** - Os componentes da Diretoria não poderão ter entre si laços de parentesco, até o segundo grau em linha reta ou colateral.

**Parágrafo 2º** - O expediente diário da Diretoria será fixado no Regimento interno, a ser baixado em 180 dias.

**Parágrafo 3º** - A Diretoria rege-se pelas seguintes normas:

- a) Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria da própria Diretoria, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) Deliberar validamente com a presença da maioria dos seus integrantes, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente o exercício do voto de desempate;
- c) As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas aprovadas e assinadas no final dos trabalhos pelos Diretores presentes.

**Art. 32º** - Nos impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias ou se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais de um cargo da Diretoria, deverá o Presidente, ou Diretor restante se a Presidência estiver vaga, convocar a Assembleia Geral para o preenchimento do cargo vago.

**Parágrafo 1º** - O substituto exercerá o cargo somente até o final do mandato do seu antecessor.

**Parágrafo 2º** - Compete a Diretoria dentro dos limites da lei e deste estatuto atendendo decisões ou recomendações da Assembleia Geral, planejar e traçar normas para as operações e controlar os resultados.

**Art. 33º** - Compete a Diretoria dentro dos limites da lei e deste estatuto atendendo decisões ou recomendações da Assembleia Geral, planejar e traçar normas para as operações e controlar os resultados.

No desempenho das suas funções, cabe-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620




**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

- a) Programar as operações e serviços estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas de encargos e demais condições necessárias a sua efetivação;
- b) Avaliar e providenciar o montante de recursos financeiros, e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços e sua viabilidade;
- d) Fixar as despesas de administração, em orçamento anual que indique fonte de recursos para sua cobertura;
- e) Contratar e fixar normas para admissão e demissão dos profissionais empregados da Cooperativa.
- f) Fixar normas de disciplina interna;
- g) Julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares tomadas pelos superiores;
- h) Avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manuseiem dinheiro ou valores;
- i) Estabelecer as normas para o funcionamento da Cooperativa;
- j) Contratar os serviços de auditoria;
- k) Indicar o banco ou bancos nos quais devem ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa;
- l) Estabelecer as normas de controle das operações serviços, verificando mensalmente no mínimo o estado econômico da Cooperativa;
- m) Deliberar sobre demissão, exclusão e eliminação de associados;
- n) Deliberar sobre a convocação de assembleias.
- o) Alienar, onerar bens imóveis com expressa autorização da assembleia;
- p) Contrair obrigações, transigir adquirir bens móveis e construir mandatários;
- q) Zelar pelo cumprimento das leis do cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo entendimento da legislação trabalhista e fiscal, no que disser respeito a eventuais funcionários.

**Parágrafo 1º** - A Diretoria poderá contratar, sempre que conveniente assessoramento de técnicos para auxiliá-la no esclarecimento dos assuntos a decidir podendo determinar que o mesmo apresente previamente projetos sobre questões específicas.

**Parágrafo 2º** - As normas estabelecidas pela Diretoria são baixadas na forma de instrução e regimento interno da Cooperativa.

**Art. 34º** - Ao Diretor Presidente cabe entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar as atividades da Cooperativa, estabelecendo contatos com os profissionais e empregados a serviço desta;
- b) Assinar conjuntamente com o Tesoureiro os cheques e documentos de operações bancárias;



# COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

- c) Assinar conjuntamente com qualquer diretor contratos e demais documentos constitutivos de obrigação;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, bem como as Assembleias Gerais dos associados;
- e) Apresentar a Assembleia Geral Ordinária, o relatório da gestão, peças contábeis e plano de atividades;
- f) Representar a Cooperativa em juízo ou fora dele;
- g) Representar seus associados, no todo ou em parte, em juiz ou fora dele.

Maria Rosalva Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620

**Parágrafo único** – O Diretor Vice – Presidente, substitui o Diretor Presidente em caso de falta, impedimento ou vacância do cargo, nos termos deste estatuto, além de colaborar na administração, conforme as disposições estabelecidas no regimento interno.

**Art. 35º** - Ao Diretor Secretário, Compete:

- a) Distribuir, coordenar, e comandar os trabalhos administrativos da Cooperativa;
- b) Zelar pela disciplina e ordem funcional;
- c) Supervisionar todas as atividades administrativas da Cooperativa, segundo as diretrizes aprovadas pela Diretoria;
- d) Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria e Assembleias Gerais;
- e) Desenvolver estudos e pesquisas para execução de obras e/ou serviços;
- f) Coordenar e supervisionar as obras e prestações de serviços.

**Art. 36º** - Ao Diretor Tesoureiro compete:

- a) Coordenar e supervisionar diretamente as atividades de contabilidade e controladoria;
- b) Coordenar e supervisionar o orçamento geral e o fluxo de caixa;
- c) Manter a Diretoria informada acerca do andamento das suas atividades, planos e projetos;
- d) Desenvolver planilhas de custos;
- e) Montar cronogramas físicos e financeiros das atividades de prestação de serviços;
- f) Assinar junto ao Diretor Presidente cheques e documentos de operações bancárias.

**Art. 37º** - Os integrantes da Diretoria não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da Cooperativa, e responde solidamente pelos prejuízos, dos seus atos se procederem culposa ou dolosamente.

## CAPÍTULO-VII CONSELHO FISCAL

**Art. 38º** - O Conselho Fiscal é constituído por 03 (três) titulares efetivos, todos cooperados, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.



**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**Parágrafo único** – Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter entre si nem com os membros da Diretoria graus de parentesco até segundo grau em linha reta ou colateral.

**Art. 39º** - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros.

**Parágrafo 1º** - Em Primeira reunião, escolherá entre seus membros efetivos, um Presidente, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos destas, e um Secretário.

**Parágrafo 2º** - As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer dos membros por solicitação da Diretoria ou da Assembleia Geral.

**Parágrafo 3º** - Na ausência do Presidente os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

**Parágrafo 4º** - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, proibida a representação e constarão na ata lavrada um livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos

**Art. 40º** - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhes entre outra as seguintes atribuições:

- a) Conferir trimestralmente o saldo de numerários existentes no caixa, verificando, também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria;
- b) Verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões da Diretoria;
- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados, correspondem, em volume, qualidade e valor, às previsões feitas e às conveniências econômicas e financeiras da Cooperativa;
- e) Certificar-se se a Diretoria vem se reunindo regulamente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existe reclamação dos associados quanto aos serviços prestados;
- g) Inteirar-se se o recebimento de crédito é feito com regularidade e se os compromissos são atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se existem problemas com empregado;
- i) Certificar-se sobre existências de cooperativas fiscais, trabalhistas ou administrativas junto aos órgãos do cooperativismo;
- j) Analisar balanços, Balancetes e relatórios da Diretoria e emitir os respectivos pareceres;
- k) Informar a Diretoria sobre a conclusão dos seus trabalhos denunciando a esta, à Assembleia ou as autoridades competentes as irregularidades constatadas e convocar a Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Maria Rosalene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620

**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**Parágrafo único** – Para os exames e verificação dos livros contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal Contratar o assessoramento técnico especializado e valer-se dos relatórios dos serviços de auditoria.

**CAPÍTULO-VIII  
DOS LIVROS**

**Art. 41º** - A Cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

- a) De matrícula, admitida ficha de matrícula;
- b) De atas das assembleias gerais;
- c) De atas dos órgãos de administração;
- d) De atas do Conselho Fiscal;
- e) De presença dos associados nas Assembleias Gerais;
- f) Outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

**Art. 42º** - No livro ou ficha de matrícula, os associados serão inseridos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- a) Nome, data de nascimento, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- b) A ata de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

**CAPÍTULO-IX  
BALANÇO – SOBRAS – PERDAS E FUNDOS**

**Art. 43º** - O balanço geral, incluindo o confronto de receitas e despesas, será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo 1º** - Além da taxa de 20% (vinte por cento) das sobras, reverterem em favor do fundo de reserva, os créditos não reclamados pelos associados decorridos 05 (cinco) anos, o produto da taxa cobrada sobre transferência de quotas - partes, os auxílios e doações sem destinação especial.

**Art. 44º** - Das sobras verificadas em cada setor de atividades, serão deduzidas as seguintes taxas:

- a) 20% (vinte por cento) para o fundo de reserva;
- b) 5% (cinco por cento) para o fundo de Assistência Técnica Educacional e Social.

**Parágrafo 1º** - As sobras liquidas apuradas na forma deste artigo serão distribuídas aos associados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após aprovações do balanço pela assembleia geral ordinária, salvo decisão em contrário.

Maria Rosângela Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620



**COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE**

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

**Parágrafo 2º** - As perdas verificadas, que não tenham cobertura do fundo de reserva, serão rateadas entre os associados após a aprovação do balanço pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem sido realizadas com Cooperativa.

**Art. 45º** - O Fundo de Reserva destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer e atender ao desenvolvimento de suas atividades, sendo indivisível entre os associados mesmo no caso de liquidação ou dissolução da sociedade.

**Art. 46º** - O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social destina-se a educação e a prestação de assistência aos associados seus familiares e funcionários da Cooperativa.

**Art. 47º** - Além dos fundos previstos nos artigos anteriores a Assembleia Geral poderá criar novos fundos inclusive rotativos com recursos destinados a fins específicos, ficando o modo de formação, aplicação e liquidação.

**Art. 48º** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos de assistência e de fiscalização da Cooperativa.

## **CAPÍTULO-X DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**Art. 49º** - A Cooperativa dissolver-se-á em pleno direito quando:

- a) Assim deliberar a Assembleia Geral, através dos votos de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados presentes, salvo se 20 (vinte) associados se dispuserem a assegurar a sua continuidade;
- b) Houver alteração de sua forma jurídica;
- c) Houver redução do número mínimo de associados ou do capital mínimo se até a Assembleia Geral subsequente, a realizar-se em prazo não inferior a 06 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
- d) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 50º** - Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeia um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal de 03 (três) membros para a sua liquidação.

**Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral nos limites de suas atribuições pode em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

**Parágrafo 2º** - O liquidante deve proceder à liquidação de acordo com as disposições da lei.

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620



# COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE

Rua José Correia Dantas, Nº 204 Centro, CEP 49.690-00, Monte Alegre de Sergipe/SE

CNPJ: 03.712.985/0001-76 NIRE: 28400001407

## CAPITULO-XI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

**Art. 51º** - O término do mandato dos Conselheiros ou Diretores coincidirá com a Assembleia Geral Ordinária do exercício do ano de encerramento de mandato, respeitando-se os devidos períodos de duração de cada cargo.

**Art. 52º** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários.

**Art. 53º** - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária.

**Art. 54º** - Este Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral de constituição realizada no dia 10/03/2000, registrado em 23/03/2000 sob nº 28400001407 e alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/11/2019, ficando por conseguinte, **revogada a versão anterior dos estatutos sociais os quais passaram a vigor com a redação acima descrita.**

Monte Alegre de Sergipe/SE 11 de novembro de 2019.

Jorge de Oliveira  
Jorge de Oliveira  
Diretor Presidente

José Anselmo dos Santos  
José Anselmo dos Santos  
Diretor Vice-Presidente

José Márcio Correio Filho  
José Márcio Correio Filho  
Diretor Secretário

Josefa dos Anjos  
Josefa dos Anjos  
Diretora Tesoureira

Maria Caciane dos Santos Santana  
Maria Caciane dos Santos Santana  
Cons. Fiscal

Ereni de Souza Silva  
Ereni de Souza Silva  
Cons. Fiscal

Rosalvo Francisco de Barro  
Rosalvo Francisco de Barro  
Cons. Fiscal

Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
Maria Rosilene Bezerra Rodrigues  
ADVOGADA  
OAB/SE 10.620





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03088131540	
04382022525	
06789610502	
06893898509	
69401098549	